



Ofício nº : 549/2020/GCI/MM

Cuiabá-MT, 26 de junho de 2020

A Vossa Senhoria
Luciana Carla Pirani
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Cuiabá – MT
Assunto: Processo nº 12.833-3/2020 – Representação Natureza Externa

Senhora Luciana,

De ordem¹ do Conselheiro Relator do processo acima citado e em substituição e correção ao ultimo ofício (**546/2020/GCI/MM**) enviado a vossa Senhoria, encaminho o ofício correto (**549/2020/GCI/MM**) o link da [Decisão](#) proferida nos autos da Representação de Natureza Externa com medida cautelar *inaudita altera pars*, formalizada pela empresa GERAÇÃO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, nos termos do art. 224, I, “c”, do RITCE/MT, em face da Secretaria Municipal de Gestão de Cuiabá, ante a suposta ocorrência de irregularidades na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2019 – tipo TÉCNICA E PREÇO (PROCESSO ADMINISTRATIVO 63.858/2019), da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Cuiabá, destinado à contratação de empresa de assessoria e consultoria para o desenvolvimento do Programa Municipal de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social, e notifico Vossa Excelência para que, no prazo improrrogável de **até 72 (setenta e duas) horas**, preste esclarecimentos sobre os fatos representados atinentes à supostas ocorrências de ilegalidades na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2019 – tipo TÉCNICA E PREÇO (PROCESSO ADMINISTRATIVO 63.858/2019).

Os documentos de manifestação deverão ser encaminhados à Gerência de Protocolo, conforme Resolução Normativa nº 003/2015 do Manual de Orientação – 5ª Versão, que regulamenta o envio de documentos a este Tribunal de Contas, disponível no endereço eletrônico: <http://www.tce.mt.gov.br/legislacao?categoria=12>.

Atenciosamente,

(assinatura digital)²

Gustavo Augusto Ferraz Rodrigues
Chefe de Gabinete de Conselheiro

1 Conforme Ato 221/2020

2 Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

